

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO.....	19
------------------------	-----------

CAPÍTULO II

NEGÓCIOS PROCESSUAIS	35
-----------------------------------	-----------

2.1 Historicidade e Conceito	35
------------------------------------	----

2.2 Negócios Processuais no Direito Estrangeiro	43
---	----

2.3 Negócios Processuais na Doutrina Brasileira – Opiniões Contrárias.....	47
---	----

2.3.1 O Dogma da Irrelevância da Vontade no Processo	49
--	----

2.3.2 O Publicismo no Processo e o Protagonismo Judicial	50
--	----

2.4 Opiniões Favoráveis	52
-------------------------------	----

2.4.1 Para Além do Protagonismo Judicial – Por um Modelo Cooperativo de Processo.....	58
--	----

2.5 Classificação	73
-------------------------	----

2.6 Espécies.....	84
-------------------	----

2.6.1 Negócios Típicos	85
------------------------------	----

2.6.2 Negócios Atípicos – A Cláusula Geral de Negociação Processual.....	87
---	----

CAPÍTULO III

REQUISITOS DO NEGÓCIO PROCESSUAL	95
---	-----------

3.1 Capacidade	96
----------------------	----

3.1.1 Acompanhamento Técnico-Jurídico	101
---	-----

3.2	Objeto.....	103
3.3	Forma.....	110
3.4	Vontade.....	113
3.5	Autorregramento da Vontade.....	116

CAPÍTULO IV

O FORMALISMO NO MODELO LIBERAL DE PROCESSO..... 123

4.1	Questões Introdutórias.....	123
4.2	O Procedimento Comum Alemão.....	126
4.3	Reforma Prussiana.....	128
4.4	O Estado Liberal e o Modelo Liberal de Processo.....	129
4.5	A Influência do Liberalismo no Brasil.....	137
4.6	O Declínio do Liberalismo.....	139
4.7	A Reforma de Bellot.....	140

CAPÍTULO V

FORMALISMO MODERNO..... 143

5.1	Estado Social e Socialização Processual.....	143
5.2	A Revolução de Franz Klein.....	147
5.3	A Influência de Klein na Reforma Processual de Berna (1918).....	153
5.4	A Reforma Alemã.....	157
5.4.1	A Teoria do Processo como Relação Jurídica e o Paradoxo de Bülow.....	162
5.5	O Modelo de Stuttgart – O Princípio Autoritário e a Cooperação Processual.....	171
5.6	Reforma Italiana – Aposta na Cooperação Processual.....	176

5.7	A Reforma Portuguesa – Adoção do Princípio da Cooperação Intersubjetiva.....	182
5.8	A Reforma Inglesa – O Case Management e a Cooperação Intersubjetiva.....	185
5.9	Ressonâncias da Socialização Processual na Legislação Brasileira..	187
5.10	A Crise do Estado Social e a Estruturação de um Novo Paradigma	191

CAPÍTULO VI

FORMALISMO PROCESSUAL DEMOCRÁTICO..... 197

6.1	O Giro Linguístico e a Teoria Discursiva do Direito	197
6.2	O Estado Democrático de Direito.....	201
6.3	A solução do Problema do Formalismo no Direito Estrangeiro.....	205
6.3.1	A solução no direito Suíço	206
6.3.2	A Solução no Direito Argentino	207
6.3.3	A Solução no Direito Alemão.....	208
6.4	A Influência desta Concepção no Direito Brasileiro	210
6.5	Estado Democrático de Direito e Constituição – Por uma nova visão de Processo.....	211
6.6	O Fortalecimento das Garantias Processuais como Baliza da Função Jurisdicional	217
6.7	Procedimento e Formalismo Conteudístico – Por uma Nova Visão do Formalismo.....	221

CAPÍTULO VII

CONCLUSÃO 235

REFERÊNCIAS 243